

PROJETO CNJ ACADÊMICO

A utilização da tecnologia da informação para o aprimoramento do Poder Judiciário: Limites e Desafios

Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador do projeto: Prof. Dr. Aires José Rover.

Apresentação: Prof. Dr. Aires José Rover e M.Eng. Egon Sewald Jr.



EGC Programa de Pós-Graduação
Engenharia e Gestão do Conhecimento



E-GOV Governo Eletrônico
Inclusão Digital e Sociedade do Conhecimento

Objetivos macro:

- Manter e implementar um observatório do governo eletrônico;
- Desenvolver por meio do observatório do governo eletrônico artefatos que gradativamente busque informar e receber informações do cidadão a cerca das necessidades nas áreas de interesse dos grupos de pesquisa, dentro de padrões de acessibilidade e usabilidade;
- Criar um observatório que foque na modernização da gestão do judiciário, no processo eletrônico e no acesso à Justiça.
- Utilizar o observatório egov.ufsc como protótipo para definir estratégias como metodologias.




Desafios já realizados:


Foram desenvolvidos trabalhos relacionados as seguintes linhas de pesquisa:

1. A interação e colaboração na construção do governo eletrônico no Judiciário;
2. Gestão do Judiciário e Processo Eletrônico
3. Segurança da Informação

Métrica de Avaliação dos Sítios e Portais Corporativos dos Tribunais de Contas Brasileiros



Aires José Rover
Orides Mezzaroba
Paloma Maria Santos
Marcele Berger Bernardes
Melissa Midori Martinho Goto
Mariana Mezzaroba



egov.ufsc.br/portal/projeto_obsegov

Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento

Home Projetos Linhas de Pesquisa Publicações Ações e Eventos Disciplinas Grupo de Pesquisa Participe/contate

Início » Projeto Observatório Egov

Projeto Observatório Egov

O observatório do governo eletrônico reúne pesquisadores de mestrado e doutorado dos programas de direito e de engenharia e gestão do conhecimento da UFSC, sob a coordenação dos professores Aires José Rover e Orides Mezzaroba. A partir de 2008 formou-se várias parcerias em especial com a Universidade de Zaragoza, Espanha. Tem por objetivo principal consolidar o estudo e disseminação de trabalhos sobre governo eletrônico, inclusão digital e sociedade do conhecimento.



Buscar: Termos de busca

Indicadores de Produção:

Artigos

Revistas:	6 (3, 2, 1)
Anais de Eventos:	4 (3, 0, 1)
Resumos em Eventos:	1 (0, 0, 1)
Capítulos de Livros:	4 (2, 2, 0)
Tese:	1 (0, 1, 0)
Dissertações:	1 (0, 1, 0)

Apresentações em Eventos: 7 (3, 3, 1)

Palestras Internacionais (41 Jaiio – Argentina, SIIDDI – Argentina, 15º e 16º Encontro Ibero-Latino Americano de E-gov – Zaragoza/ Curitiba)

Organizações de Eventos

Locais:	2
Internacionais:	4 (13º, 14º, 15º e 16º Encontro Ibero-Latino Americano de e-gov)

Previsão da organização de um livro com artigos relacionados com o projeto em 2013/ 2014

Desafios já realizados: Linha 1 - A interação e colaboração (2011)

O Conselho Nacional de Justiça como ponto de mutação do Sistema Judicial brasileiro.	Germana de Oliveira Moraes; Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire.
As iniciativas de teor democrático nos tribunais regionais eleitorais: análise da virtualização.	Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire; Graziela Grosseli
Políticas públicas responsivas do Conselho Nacional de Justiça: análise da ouvidoria. Revista Eletrônica Democracia Digital e Governo Eletrônico.	Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire; Marciele Bernardes; Aires J. Rover.
Avaliação dos Portais de Justiça Federais: um estudo baseado na métrica Lefis.	Paloma Maria Santos; Andressa Fracaro Cavalheiro; Giovani de Paula; Aires J. Rover.



Desafios já realizados: Linha 1 - A interação e colaboração (2012)

<u>Métrica de Avaliação dos Sítios e Portais Corporativos dos Tribunais de Contas Brasileiros</u>	Paloma Maia Santos; Aires José Rover; Orides Mezzaroba; Marciele B. Bernardes; Melissa M.M Gotto; Mariana Mezzaroba.
<u>Aplicações e Estratégias de T-Governo no Poder Judiciário</u>	Paloma Maria Santos; Marcus Braga; Marcus Vinícius; Aires José Rover.
<u>Avaliação dos portais de justiça federais: um estudo baseado na métrica LEFIS</u>	Paloma Maria Santos; Andressa Fracaro; Giovani De Paula; Aires José Rover.
<u>O processo eletrônico no Superior Tribunal de Justiça (STJ): análise da tempestividade das tutelas de consumo</u>	Geovana Cartaxo; Thirza Meneses.
<u>Avaliação geral dos sítios dos tribunais do Brasil: um olhar sob a perspectiva da acessibilidade, navegabilidade e padronização visual</u>	Valter M. Do Carmo; Paloma Maria Santos; Ana Carolina Vaz; Fabian Viegas; Mariana Mezzaroba; Marciele B. Bernardes; Aires José Rover.



Desafios já realizados: Linha 2: Gestão do Judiciário e Processo Eletrônico (2011)

O Judiciário na Era do Acesso	Airton Ruschel; Aires J. Rover.
O Uso de Ontologia no Sistema do Judiciário	Airton Ruschel; Aires J. Rover.
Gestão de Conhecimento para Administração Judiciária: Levantamento de demandas de conhecimento e estabelecimento de ontologias.	Egon Sewald Junior; Paulo Fernando Silva; SILVA, E. R. G.



Desafios já realizados: Linha 2: Gestão do Judiciário e Processo Eletrônico (2012)

Tese: Modelo de Conhecimento para Apoio ao Juiz na Fase Processual Trabalhista.	Airton José Ruschel
Justiça estadual brasileira: aderência às práticas de governança de tecnologia da informação.	Maurício J. R. Rotta; Paulo Silva; Aires J. Rover
Dissertação: Modelagem de Sistema de Conhecimento para Apoio a Decisão Sentencial na Justiça Estadual.	Egon Sewal Junior
Modelagem de Sistema Baseado em Conhecimento em um Tribunal de Justiça utilizando CommonKADS.	Egon Sewald Junior; Maurício J. R. Rotta; Priscila R. Vieira; Edson R. G. Da Silva; Aires J. Rover; Denilson Sell
Aceleração processual e processo judicial: um estudo comparativo de tempos da tramitação em Tribunais de Justiça.	Maurício J. R. Rotta; Priscila R. Vieira; Egon Sewald Junior; Aires J. Rover;



Desafios já realizados: Linha 3: Segurança da Informação (2011)

Justiça Estadual Brasileira: aderência às práticas de governança de TI	Maurício J. R. Rotta; Paulo F. Silva; Aires J. Rover.
Uma ontologia para gestão de segurança da informação.	Paulo F. Silva; José L. Todesco, Fernando Gauthier, Henrique, Otte.

Projetos individuais em andamento:

Pesquisadora: Mariana Mezzaroba (Mestrado EGC)

Projeto de dissertação: Interface web do governo eletrônico: requisitos para um modelo de conhecimento aplicado ao poder judiciário brasileiro.

Período de realização: Fevereiro 2013 / Fevereiro 2015

Tema: Engenharia do Conhecimento, Interfaces do Poder Judiciário Brasileiro

Problema: É possível estabelecer requisitos que possam contribuir no processo de construção de um modelo de conhecimento através da interface web que seja aplicado ao Poder Judiciário Brasileiro?



EGC Programa de Pós-Graduação
Engenharia e Gestão do Conhecimento



E-GOV Governo Eletrônico
Inclusão Digital e Sociedade do Conhecimento

Projetos individuais em andamento:

Pesquisador: Egon Sewald Junior (Doutorado EGC)

Título da proposta: Raciocínio Baseado em Casos Textual e Busca de Semelhança Semântica em Documentos para Apoio a Decisão Sentencial.

Período de realização: Setembro 2012 / Setembro 2016.

Tema: Desenvolvimento de modelo de RBCT a partir de semelhança semântica, baseado pela construção de ontologias.

Problema: A efetividade, entendida como princípio a ser seguido pelo Judiciário, traduz-se como o impacto trazido pelo resultado obtido por suas decisões. Difere da eficácia, pois esta apenas indica se o objetivo programado foi atingido, enquanto aquela se preocupa em apontar se houve uma melhora na prestação do serviço, sendo traduzida pelo impacto causado pela ação adotada.



Projetos individuais em andamento:

Pesquisador: Valter Moura do Carmo (Doutorado Direito)

Título da proposta: A participação da sociedade na formulação de políticas públicas no judiciário brasileiro: limites e possibilidades.

Período de realização: Março 2012/ Março 2016

Tema: Construção do governo eletrônico no Judiciário

Problema: É possível comparar as possibilidades da participação social no Judiciário nos países da América Latina que estão inseridos no chamado Novo Constitucionalismo Latino Americano e propor novas metodologias nessas participações levando em conta as possibilidades do e-judiciário?



Projetos individuais em andamento:

Pesquisador: Lucas Silveira (Mestrado em Ciência da Computação)

Título da proposta: MGPJ - Modelo de sistema para Gestão de Processos eletrônicos Judiciais

Período de realização: Março de 2013/ Março de 2014

Tema: Segurança da informação no Judiciário.

Problema: Segurança de documentos e informações junto ao processo eletrônico, de forma a garantir a confiabilidade buscando possíveis lacunas em relação a estes documentos (uso de certificação ICP-Brasil).



Projetos individuais em andamento:

Pesquisador: Maurício José Ribeiro Rotta (Mestrado EGC).

Título da proposta: Modelagem do Conhecimento: desenvolvimento de ontologia do processo decisório do magistrado.

Período de realização: Fevereiro 2011 / Março 2013.

Tema: criação de uma ontologia do código penal para apoiar no desenvolvimento de sistemas de conhecimento para Magistrados.

Problema: Os Tribunais de Justiça vem realizando grandes investimentos na desmaterialização dos processos judiciais, ocasionando profundas mudanças de cultura e de rotinas de trabalho. É cediço que inúmeros benefícios são obtidos por meio da desmaterialização dos processos e pela conseqüente adoção de sistemas eletrônicos de gestão de processos judiciais digital, mas restam ainda questões importantes a serem tratadas no futuro próximo, atinentes ao modelo de gestão, rotinas e métodos de trabalho.



Projetos individuais em andamento:

Pesquisadora: Ana Carolina Vaz (Mestrado Direito)

Título da proposta: Avaliação de desempenho dos Tribunais com a adoção do processo eletrônico por meio da coleta e da sistematização de dados estatísticos e do cálculo de indicadores do sistema judicial estadual.

Período de realização: Fevereiro 2013 / Junho 2015.

Tema: Interfaces entre o processo eletrônico e os indicadores do sistema de coleta de dados estatísticos do poder Judiciário – Justiça em Números.

Problema: O desenvolvimento da tecnologia de informação nas últimas décadas tem dado à sociedade um enorme poder de atuação e até controle no Judiciário, redefinindo o papel do Estado, tornando-se essencialmente regulador e tendo a sociedade como fonte e partícipe nesse processo em que o Direito é o seu grande instrumento.



Projetos individuais em andamento:

Pesquisadora: Patrícia Sardeto (Doutorado Direito)

Título da proposta: A gestão no processo eletrônico para prestação do serviço jurisdicional.

Período de realização: Março 2013 / Março 2017

Tema: Gestão do Judiciário e Processo Eletrônico

Problema: Subsidiar as políticas de gestão do Poder Judiciário que possam contribuir para a gestão jurisdicional e analisar os dados e indicadores estatísticos do Poder Judiciário no contexto do processo eletrônico tem se tornado um problema eminente nesta área.



Projetos individuais em andamento:

Pesquisador: Thiago Araújo (Doutorado EGC)

Título da proposta: Modelagem organizacional baseada em TICs no Poder Judiciário.

Período de realização: Março 2013/ Março 2017

Tema: o Jurisdicional

Problema: -

rio Catarinense”? Para isso seria necessário: Levantar e analisar fatores e padrões ; Realizar Pesquisa junto ao CNJ; Realizar pesquisa junto ao Judiciário Catarinense; Entrevistar os Magistrados e servidores; Propor inovações no modelo organizacional.



EGC Programa de Pós-Graduação
Engenharia e Gestão do Conhecimento



E-GOV Governo Eletrônico
Inclusão Digital e Sociedade do Conhecimento

Projetos individuais em andamento:

Pesquisadora : Priscila Rodrigues Viera (Mestrado EGC)

Título da proposta: Avaliação dos Gargalos no Trâmite Processual dos Processos Eletrônicos no Judiciário de Primeira Instância Visando a Celeridade Processual

Período de realização: Março 2013/ Março 2015

Tema: Celeridade do Processo Eletrônico

Problema: Pode ser identificado os ciclos do andamento processual eletrônico na primeira instância do judiciário?

Com a identificação dos ciclos é possível verificar os de maior morosidade? Considerando o tempo médio destes ciclos e os agentes judiciários envolvidos?



Pesquisadores

- Ana Carolina Vaz
- Priscila Rodrigues Vieira
- Maurício Rotta
- Mariana Mezzaroba
- Thiago Araújo
- Valter Moura do Carmo
- Geovana Cartaxo Freire
- Aírton Ruschel
- Egon Sewald Jr.
- Rodrigo Vasconcellos
- Patricia Sardeto

Bolsistas:

Egon Sewald Jr

Mariana Mezzaroba

Valter Moura do Carmo

Lucas Silveira

Coordenação:

Aires José Rover

Orides Mezzaroba



Obrigado!

aires.rover@ccj.ufsc.br

egon.sewald@posgrad.ufsc.br

www.egov.ufsc.br



EGC Programa de Pós-Graduação
Engenharia e Gestão do Conhecimento



E-GOV Governo Eletrônico
Inclusão Digital e Sociedade do Conhecimento